

REVOLTA DA VACINA “MADE IN AFRICA”: MOÇÂMEDES – 1897

REVOLT OF THE VACCINE “MADE IN AFRICA”: MOÇÂMEDES – 1897

*José Bento Rosa da Silva*¹

Resumo: Este artigo investiga uma revolta ocorrida em Angola em fins do século XIX, quando esta era colônia de Portugal. A investigação tem como referência os relatos de um ex-combatente, publicados na década de 1930, na forma de um artigo, nos Cadernos Coloniais. A publicação tinha como objetivo fazer apologia da colonização portuguesa em África. Através de uma leitura a contrapelo, evidenciamos as formas de resistências da população local, sobretudo no episódio de vacinação do gado, com a qual não concordavam as lideranças locais.

Palavras-chave: Revolta – resistência – Angola.

Abstract: This paper investigates a revolt occurred in Angola in the late nineteenth century, when it was a Portuguese colony. This research takes as reference the reports written by a veteran, published in the 1930s, in the form of an article in the Colonial Notebooks. The publication was intended to apologize Portuguese colonization in Africa. To make a counterpoint by a reading, we show the forms of resistance from the local population, mainly in the episode of cattle vaccination, with which local leaders disagreed.

Keywords: Revolt - resistance - Angola

A região hoje denominada Namibe – antiga Moçâmedes, no período compreendido entre 1840 (data de sua fundação) e 1985 – é hoje o terceiro maior porto de Angola, depois de Luanda e Lobito. Foi nessas terras que se deu a resistência à colonização portuguesa, da qual nos ocuparemos nestas páginas.

As referências para nossa investigação serão os escritos do capitão A. A. da Silva Guardado, publicados nos Cadernos Coloniais pelo Editorial Cosmos, em 1939. O autor nos adverte que, para a elaboração da obra, utilizou:

Além dos relatórios oficiais do então Governador Geral da Província de Angola, Dr. Antônio Duarte Ramada Curto, e do coronel Artur de Paiva, comandante da coluna de operações no Humbe, em 1898, que naquele ano se organizou para castigar o massacre dos dragões do conde de Almoester – documentos estes que devem existir no Arquivo do antigo Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar[...]².

¹ Professor adjunto do Departamento de História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Vinculado ao Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) e ao Núcleo de Estudos das Relações Interétnicas do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (NUER/UFSC).

² GUARDADO, A. A. da Silva. **O Massacre dos dragões do Conde de Almoester.** In: Cadernos Coloniais, n. 34. Lisboa: Cosmos, 1939. p. 4. Será citado doravante como: Cadernos Coloniais, n. 34.

O capitão acrescenta ainda que estivera no combate, sendo, portanto, uma testemunha ocular da história – talvez a única existente no momento em que escrevia –, e que o mesmo acontecimento causou uma grande consternação dentro e fora do império português. Disse mais: sempre desejou escrever sobre o assunto, mas que se sentia incompetente para tal, pois que “não o fadou Deus para as letras, apesar de muito apreciar o talento e o engenho dos bons autores”. Recorreu a vários historiadores capazes de fazê-lo, mas que estavam ocupados com outros afazeres, razão pela qual ele teve que desempenhar a função:

[...] Vejo-me, enfim forçado a tomar o encargo que tanto quis dar a outros, aproveitando-me dos Cadernos Coloniais, que tão útil e complementemente preenchem o fim para que foram criados, e suprimindo com a boa vontade a competência que me falta³.

Vários pesquisadores investigaram as resistências africanas ao colonialismo e imperialismo. Entre outros, Terence Ranger fez um estudo sobre iniciativas de resistência africana em face da partilha e da conquista, mostrando as várias faces da mesma; Vansina e Isaacman, por sua vez, voltaram parte de seus estudos às resistências na África Central, no período compreendido entre 1880 e 1914, momento em que se deflagrava o primeiro grande conflito de caráter mundial; Abdallah Laroui se ocupou da resistência no norte da África e no Saara; M'Baye Gueye e Albert Adu Boahen, centraram suas atenções na África Ocidental; Henry A Mwanzi, na África Oriental⁴.

Muitos foram os fatores que puderam contribuir para a formulação da resistência: a leitura de um fenômeno da natureza, uma epidemia ou qualquer outra catástrofe poderia ser atribuída à presença do colonizador, aquele estranho que trazia mazelas às comunidades. No caso específico do sudoeste da África, a epidemia que dizimava o rebanho bovino podia ser atribuída à presença dos europeus, fossem portugueses, alemães ou de qualquer outra nação; seria uma maldição advinda da presença dos brancos⁵. Nesse

³ Cadernos Coloniais, n. 34, p. 4-5.

⁴ Sobre esta questão, ver BOAHEN, A. Adu. **História geral da África, Vol. VII – A África Sob Dominação Colonial (1880- 1935)**. Paris: Unesco; SP: Ática, 1991. Para o caso em questão, consultar sobretudo os capítulos 3 e 8.

⁵ A tradição oral abaixo narra os primeiros contatos dos negros de Angola com os portugueses, por volta de 1700: “Nossos pais viviam confortavelmente na planície de Lualaba. Eles tinham vacas e culturas. Tinham salinas e bananeiras. De repente, viram surgir um grande barco no mar grande. Esse barco tinha asas totalmente brancas, faiscantes como facas. Uns homens brancos saíram da água e disseram palavras que ninguém entendia. Nossos antepassados sentiram medo, disseram que aqueles eram zumbis, almas que vagueiam. Então os repeliram para o mar com revoadas de flechas. Mas os zumbis cuspiram fogo com um barulho de trovão. Muitos homens foram mortos, nossos antepassados fugiram. Os notáveis e os adivinhos disseram que aqueles zumbis eram os antigos possuidores da terra. Nossos pais se retiraram, temendo o

sentido, para usar uma expressão de Braudel, a resistência foi, em África, um fenômeno de longa duração, ou seja, esteve presente desde a chegada dos colonizadores.

A região de Angola foi, por volta de 1897, atingida por uma epidemia que devastou o rebanho bovino. A epidemia proveniente da África do Sul atingiu rapidamente as regiões de Damaralândia e Ovampo, entre outras. O gado bovino era a principal atividade econômica de seus habitantes.

Os administradores coloniais, visando estancar a epidemia, providenciaram uma campanha de vacinação no rebanho. Para auxiliar na empreitada, foi convocada a companhia de Dragões do Planalto de Moçâmedes, sob o comando do capitão José Eugênio da Silva e do tenente Almoester.

Naquela época, já moravam na região alguns colonos portugueses, entre eles José Antônio Lopes, que, segundo Silva Guardado, tinha domínio da técnica de vacinação, que consistia em:

[...] injetar nos animais ainda são a bílis dos bois ligeiramente atacados de peste. Este processo dava uma média de 50 a 60% de animais salvos. Nesta altura ainda não era conhecida a vacinação com o soro obtido do sangue de bois imunes da peste, processo de maior vantagem – pois a média de animais salvos chegava a 90%, permitindo que se vacinassem animais já atingidos pela doença, dos quais se salvavam alguns[...]⁶.

A equipe foi convencer o soba de uma aldeia da necessidade do procedimento no rebanho. No entendimento dos portugueses, o soba teria concordado, manifestando contentamento, mas, no dia seguinte, quando da vacinação, notou-se na localidade

[...] um grande ajuntamento de pretos, quase todos velhos. No alto da cabeça apresentavam pequenos barretes feitos de fibra de imbondeiro⁷ – boabab – à laia de solidéus cardináticos (semelhantes a solidéus dos cardeais), os quais constituem entre o gentio um símbolo de autoridade. Informou-me o intérprete que estes venerandos personagens eram os séculos ou sobetas da terra, representantes do soba nas povoações mais importantes, a que chamam t'chilongos. Estavam reunidos em magna assembleia e, sob a presidência do soba, discutiam acaloradamente. [...]
Depois de muito debatido o problema em causa, depois de os oradores, em largos gestos de eloquência cafreál, terem exposto os seus pontos de vista, muito

retorno do barco Ulungu. O barco reapareceu. Os homens brancos pediram galinhas e ovos. Eles davam tecidos e pérolas. Desde aquele tempo até hoje, os brancos não nos trouxeram mais nada, a não ser guerras, misérias, o milho, a mandioca e a maneira de cultivá-los". W.D.L. Randles. *Le Rouaune Du Congo*, Paris, 1974, apud M' BOKOLO, Elikia. *África Central: O Tempo Dos Massacres*. In. FERRO, Marc(Org.) **O livro negro do Colonialismo**. RJ: Ediouro, 2004.

⁶ *Cadernos Coloniais*, n. 34, p. 9.

⁷ O mesmo que baobá: árvore africana de grande porte, de tronco muito largo e copa esparsa. Diz Nei Lopes que tais árvores são envoltas em forte aura mística. LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. SP: Selo Negro, 2004, p.99.

apreciados pelos circunstantes que aplaudiram com entusiasmo, terminou a sessão. [...]

Pouco depois o soba veio ter comigo e começou um longo e substancial discurso – os negros em geral, são grandes oradores – [...]. Resumindo: que não podia cumprir o que na véspera combinara com o chefe e os oficiais, porque o seu povo, representado pelos séculos que eu tinha visto ali reunidos, se opunha a que o gado fosse vacinado... que esse gado era pertença ou bens do soba e não ele, que apenas podia usufruir do seu rendimento [...] que sabiam que do outro lado do rio punham remédio no gado e ele morria [...] não houve meio de convencer, por mais explicações que lhe desse [...]⁸.

A organização social nessa comunidade era diferente da que existia no império português, onde o monarca decidia e os súditos cumpriam, sob pena de castigo. Aliás, havia assembleia para discutir os destinos da coletividade e o baobá era a testemunha ocular dos debates acerca do bem comum. Uma prática democrática dentro da “selva africana”? Os colonizadores interpretavam de forma diversa, mas Ki-Zerbo, ao falar de governo e democracia na cosmovisão africana, afirmou que sim:

Existiam sob formas variadas, conforme os países e as estruturas criadas pelos povos africanos, quer fossem reinos, impérios, sistemas do tipo patrimonial e clânico ou democracias de tipo aldeão. Em todas essas categorias de organização do poder, com ou sem Estado visível, há, na África, um esforço para a limitação, a partilha do poder, a participação e uma certa solidariedade que consiste em donativos e contradonativos. Na base do sistema africano, há uma poderosa organização autogestionária pelos próprios povos.

A gestão do bem comum existia na África, como disse anteriormente, sob o nome de forobá (em língua diulá), que representa a concepção africana de “coisa pública”. A democracia de base existia ao abrigo de estruturas aldeãs, com a representação das diferentes famílias. Estas reuniam-se regularmente, quer através do grupo dos dirigentes destas famílias – os anciãos ou os decanos –, a fim de discutir todos os problemas relativos à aldeia, quer sob a direção de uma chefatura importante ou de um reino [...]⁹.

Então, o que o capitão Silva Guardado assistira era de fato uma experiência de democracia à africana. Por mais que quisesse, não conseguira convencer aquele que ele pensou ter consentido a vacinação do gado, no dia anterior. Afinal, ele não podia decidir acima do conselho dos anciãos; tampouco se tratava de faltar com a palavra empenhada, pois ele não a tinha para empenhar em nome da comunidade. Os oficiais lusos entenderam conforme os seus interesses, a partir das suas necessidades. Ledo engano!

Diz o capitão que, posteriormente, encontrara o soba e que este lhe dissera que temia os soldados que estavam na fortaleza, porque para vacinar os bois não era preciso tropas com peças de artilharia, carros e munições. E o próprio capitão conclui: “desconfiados, os pretos pensam que os soldados só servem para combater”. Ao que o

⁸ *Cadernos Coloniais*, n. 34, p. 10-11.

⁹ KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África? Entrevista com René Holenstein*. RJ: Pallas, 2006, p. 63.

capitão retrucou-lhe que estavam ali para os defenderem de seus inimigos, os cunhamas ou os hotentotes que poderiam aproveitar a ocasião para roubar-lhes o gado. Mas, ao que nos parece, o soba não se deixou enganar e disse ao capitão: “se vierem cá, nos encontrarão. Defender-nos-emos como das outras vezes...”. E mais: que os conselheiros lhes tinham dito que os brancos queriam era tomar-lhes as casas.

O autor da narrativa era, pelo que se depreende da mesma, o escolhido para convencer os nativos da necessidade do processo de vacinação do gado e provar que “o batalhão era de paz”, por mais ostensivo que fosse o aparelhamento militar. Apesar da negativa, houve insistência do colonizador. Esta insistência, em nossa opinião, “azedou” ainda mais a precária confiança dos nativos em relação aos brancos. Sobretudo porque a vacinação tinha um preço por cabeças de gado:

Na fortaleza, toda a gente ficou desapontada ao conhecer o resultado da minha missão, principalmente o comandante – **que ainda pensou em dar uma lição ao soba**¹⁰.

Entretanto, nesse mesmo dia recebi instruções para me dirigir a Quiteve, extremo leste do conselho, vacinando o gado que pelo caminho encontrasse... no caso de o gentio consentir. Marchei com o pessoal que me acompanhara à embala e munido do material necessário para uma longa demora e na previsão de encontrar grande quantidade de bovídeos. Ao chegar à Dimba, a poucos quilômetros da fortaleza, tive ocasião de vacinar umas cinquenta cabeças de gado do gentio. Por cada quinze animais vacinados recebia um em pagamento, motivo porque logo no início da viagem tive de mandar dois indígenas conduzir três bois à fortaleza e, ao mesmo tempo, deixar lá a notícia do êxito dos primeiros trabalhos. E ali esperei que regressassem.

Quando no dia seguinte, pelas nove horas, apareceram, contaram-me que tinham sido assaltados, já próximo da fortaleza, por alguns gentios que lhes tiraram os bois. Num dos assaltantes reconheceram um dos pastores do gado vacinado [...]¹¹.

O que o narrador chama de pagamento pelos trabalhos prestados ao gentio, nós chamamos de esbulho, pois se assim não fosse, os donos do gado não os expropriariam antes que estes chegassem ao destino final, ou seja, à fortaleza. Mas, na óptica do colonizador, os ladrões foram os gentios...

Como podemos notar, a relação entre colonizador e colonizado não era de cordialidade. Por mais que o autor da narrativa quisesse demonstrar um tratamento de equidade, a última palavra deveria ser a do colonizador.

¹⁰ O grifo é nosso, no intuito de apontar que o comandante se via como autoridade, ou seja, o soba tinha a obrigação de aceitar a sua proposta, ainda que a assembleia de anciãos tivesse decidido o contrário.

¹¹ **Cadernos Coloniais**, n. 34, p.13.

A recusa à vacinação do gado se fazia também por parte dos colonos brancos, talvez pelo preço do trabalho, ou mesmo por não entenderem bem o processo, ou, ainda, por razões outras que não ficaram explícitas:

[...] Próximo das lagoas marginais do rio, pastavam algumas manadas de bois das libatas da região.

Os gentios negaram-se a consentir na vacina e receberam mal os pretos que enviei para os convencerem, motivo porque me dirigi imediatamente para o Cafu. Estavam ali dois comerciantes brancos, que me disseram terem já vacinado o seu gado. Fui vê-lo, no outro dia de manhã, e notei que não tinham usado de método na aplicação da vacina. Dentro e à volta do curral via-se grande número de bois mortos, e pelo meio deles passeavam os bois vacinados sem o cuidado de verificação do estado de saúde de cada um. [...] E foi da falta de observância desta regra que resultou a nenhuma eficácia deste processo de vacinação, o que nem brancos nem pretos compreendiam [...]¹².

Algumas comunidades, ao saberem da expedição de vacinação, fugiam com seus rebanhos; outros, como o soba de Camba, sujeitavam-se à vacinação, não por acreditarem nela, mas diante da pressão dos representantes do governo imperial português:

[...] prontificou-se desde logo a deixar vacinar o gado.

O gado – disse – não precisar milongo¹³, mas como a vacinação era do agrado do Muene-Puto – Governo –, a quem devia obediência, consentia-o de boa vontade, se o seu povo se não opusesse como tinha acontecido no Humbe, segundo lhe constara [...]¹⁴.

O capitão Guardado mandou logo buscar os remédios, antes que, como no Humbe, houvesse uma assembleia e decidissem ao contrário do que teria sido a decisão daquele soba. Não deu outra: quando chegou o remédio, já havia acontecido uma assembleia nos moldes daquela do Humbe e, como disse o autor, “os séculos da terra tinham vindo dizer-lhe que o seu povo se opunha”. Decepcionados, seguiram para Diálema, onde também o soba não permitiu a vacinação. Nos parece que Guardado já estava irritado, pois denominou o soba de Diálema de sobeta...

Ao falar da última etapa da campanha de vacinação, o capitão desabafa, dizendo:

O Quiteve, última etapa da minha tormentosa e quase inútil peregrinação, indo encontrar ai, naquele desterro e foco de paludismo, o alferes Barradas e a esposa [...] conforme esperava, encontrei no Quiteve a mesma má vontade e relutância do gentio em deixar vacinar o gado. Na sua ingênua ignorância não compreendia o que era a vacina e causava-lhe singular confusão o fato de se tirar

¹² Idem, p. 14.

¹³ Remédio, em idioma quimbundo.

¹⁴ Idem, Ibidem, p. 15.

dos bois doentes a bÍlis que se injetava nos sãos. Convenciam-se de que ela os ia matar [...]¹⁵.

No regresso, puderam observar o estrago que a peste fizera no rebanho, e, pior, tendo que cortar caminho, pois os habitantes acreditavam que eles eram os causadores da epidemia:

Ao chegarmos ao Cafu, fui prevenido de que o gentio de Cafuntuca aguardava a minha passagem para me cortar a cabeça. Estava convencido de que eu andava a espalhar a doença que matava o gado! Passamos a fazer a viagem de noite, longe do caminho e a corta mato, guiando-nos pelo rio. Era noite quando atingimos a fortaleza, mortos de fadiga, enlameados e com os tatos rasgados pelos espinheiros de gato, que ali abundam [...]¹⁶.

Diante do insucesso, o melhor seria a retirada da tropa, ou seja, do batalhão de Dragões, do qual fazia parte o tenente Almoester. Houve discordância quanto às formas de fazê-lo; alguns tinham dúvidas se de fato deveriam abandonar a região:

Havia sérias divergências entre o Dr. Roque, chefe da missão, o comandante dos Dragões e o chefe do conselho do Humbe acerca da forma de se efetuar a retirada da brigada para o planalto. Tinham chegado ordens e instruções da Intendência que, afastada como estava, não podia avaliar bem as circunstâncias. Eram em parte impraticáveis, essas ordens. Não havia telégrafos que permitisse uma consulta e o assunto devia ser resolvido e executado com a máxima urgência. Mas a heterogeneidade dos elementos oficiais ou autoridades que ali predominavam provocava um tal desencontro de opiniões que surgiram as desavenças, cujos funestos resultados não se fariam esperar[...]¹⁷.

Na condição de ex-combatente militar, Silva Guardado tem cuidado com as palavras, afinal ele estava falando de uma corporação, e uma corporação da qual ele fizera parte. Nota-se como ele evita falar em disputa de poder dentro da corporação, preferindo falar em heterogeneidade dos membros. Ora, sabemos muito bem que além da heterogeneidade havia a questão da hierarquia, tão cara às instituições militares. Aliás, questão esta mencionada logo em seguida. Obediência, disciplinamento, discurso de autoridade, relações de poder... temas que Michel Foucault nos ajuda a investigar em vários momentos da história da humanidade¹⁸. Mas Foucault ainda não tinha inventado esta possibilidade de análise, aliás, e nem existia nesta época¹⁹. Mas a nos é facultada a possibilidade de analisar o fato deste ângulo, já que tantos as evidências quanto as teorias

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 16-17.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 18.

¹⁷ **Cadernos Coloniais**, n. 34, p.18.

¹⁸ Sobre esta questão, ver FOUCAULT, Michel. **Microfísica Do Poder**. RJ: Graal, 1979.

¹⁹ Filósofo francês (1926-1984). Procurou mostrar, entre outras coisas, que as verdades sobre a natureza e a sociedade humanas, tidas como permanentes variam ao longo do tempo.

foucaultianas estão ao nosso alcance. Vejamos, portanto, as evidências e deixemos para outro momento a análise mais rigorosa dos mesmos:

O elemento militar, representado pelo comandante dos Dragões, o civil, representado na autoridade local, e o chefe da missão deviam, entretanto, resolver e assumir as responsabilidades da resolução tomada. O primeiro, porém, não queria subordinar-se à maneira de ver dos outros e exigia que a sua opinião prevalecesse, porque dizia – a ele pertencia o comando de Dragões em qualquer emergência ou situação²⁰.

Diante das desavenças, o tenente Almoester estava receoso, conforme o que nos conta Silva Guardado, que, aliás, não presenciara a desarmonia por estar ausente no momento, mas que, segundo ele, fora confidenciado pelo companheiro de farda, Almoester. Em sua mente ainda ecoavam as palavras do amigo de quem construía a memória, para que não ficasse – como era o propósito dos Cadernos Coloniais – na obscuridade da história lusa, sobretudo em uma época em que se necessitava de exemplos do passado que inspirassem o presente. Era um tempo de disputas entre os países europeus, em virtude do nazi-fascismo e de ideologias correlatas. Pois bem, o tenente teria dito:

[...] Nós vamos ver o sarilho que vai resultar da forma como será feita a retirada. Por mim, já sei que terei de me aguentar, ficando aqui com os que não podem seguir agora: os doentes. O comandante que não me vê com bons olhos, há de querer afastar-me, preferindo levar consigo os seus apaniguados: o seu irmão e o genro [...]. O Dr. Roque, que não tem menos desejos de regressar ao Planalto, também não há de querer seguir em companhia do comandante. E será você quem vai lucrar com as dissidências, porque, ficando o doutor, tem de ir você para tratar os soldados dos dois pelotões que por ventura adoeçam durante a viagem. E o Dr. Roque ficará aqui, contrariado, com os doentes da fortaleza [...] ²¹.

No capítulo segundo de sua obra, Silva Guardado faz a descrição da retirada das tropas (Companhia dos Dragões e brigada de vacinação) da região do Humbe, uma vez que não conseguiram convencer os “gentios” da vacinação do gado, razão pela qual quase todo o rebanho havia morrido.

A retirada deu-se a partir do dia seis de dezembro daquele ano, de forma desorganizada, sem que conseguissem transportar todo o material, inclusive munições e medicamentos, uma vez que os animais de tração haviam morrido. Os soldados tiveram que substituí-los, na medida do possível. Com muitas dificuldades, conseguiram alguns

²⁰ *Cadernos Coloniais*, n. 34, p. 18-19.

²¹ *Idem*, p. 19.

carregadores, na última hora. Naquela altura, devido às dificuldades já descritas e aos doentes, a tropa dividiu-se, como havia previsto o tenente Almoester.

O grupo liderado por Silva Guardado passou por momentos difíceis no caminho de regresso. Vejamos:

Com os pelotões que marcharam sob o meu comando, sucedeu um fato idêntico ao que originou a catástrofe do dia 12, quando chegávamos ao Chipelongo na manhã do dia 9, três praças dirigiram-se para uma libata, a fim de obterem mantimentos, e foram recebidos a tiro. Tendo conhecimento do fato, ordenei ao sargento que o presenciara, que fizesse por escrito, e ao alferes Guardado que sindicasse, tendo sido impossível apurar se houve culpabilidade dos soldados[...]²².

Foi no regresso que ficara sabendo que o pelotão do tenente Almoester havia abandonado a fortaleza onde se achava e que se deu a catástrofe. Disse que até ele chegaram duas narrativas. Uma dizia que os soldados brancos dirigiram-se a uma libata adquirir mantimentos e foram perseguidos por gentios com azagaias em punho. Teria sido esta a versão dos que escaparam com vida. Mas diz ele que havia outra:

Um dos soldados teria matado uma mulher que encontrara numa lavra, pelo que foram agredidos a tiro por gentios que em grande número saíram da libata. Feriram um deles – o 100 – num dedo e perseguiram-nos até próximo do acampamento, onde as tropas, surpreendidas, se preparavam para os receber. Travou-se tiroteio e o gentio refugiou-se no mato, continuando a disparar para o acampamento[...]²³.

O autor interroga sobre as possíveis razões da concentração de gentios naquela região, denominada Chulo, junto da libata de um soba de nome Muene-Decango. Diz ele que havia duas versões: uma de que em função de uma cerimônia religiosa, e outra de que eles armaram uma emboscada, visando “tirar vingança dos desmandos e violências cometidas pelos soldados, tanto na ida para o Humbe, como no seu regresso”. E acrescenta: “Esta última é que eu aceito, pois é mais racional”.

Seja lá qual foi o motivo do ajuntamento de negros num local onde não se esperava, o certo é que Silva Guardado admite o fato de os soldados terem praticado violência contra a população local, tanto na ida quanto na volta, caracterizando que a “missão de vacinação” era autoritária, até por ser uma ordem vinda do “Muene-Puto”, razão pela qual alguns

²² Idem, *Ibidem*, p.24.

²³ Idem, *Ibidem*, p.26.

sobas admitiam, a princípio, não ter como resistir. Passavam a resistir depois de feita as assembleias com outros membros da comunidade, ao que o autor chamou de séculos²⁴.

No capítulo III, é descrito o que o autor denomina de “massacre”, inclusive apontando a fragilidade do próprio pelotão de Almoester em relação ao inimigo e caracterizando o ato como barbárie. O relato começa dizendo que:

O tenente conde de Almoester era excessivamente míope. Para cúmulo de infelicidade, durante o combate, perdeu as lunetas, ficando impossibilitado de continuar no comando da força. Teve de transferir para o 1º sargento Pio, seu subalterno. Continuou, entretanto, montado no seu cavalo, levado à rédea pelo impedido, até que se viu obrigado a cedê-lo ao 2º sargento Rocha a quem uma bala cortara um tendão próximo ao joelho [...]²⁵.

A narrativa indica que as circunstâncias “conspiraram”, contra a tropa lusa, causa possível da derrota, além da já mencionada disputa de poder no âmbito do contingente militar, o que ele também não considera fragilidade ou incompetência, mas sim ato isolado, ou seja, não seriam falhas da instituição, mas pura indisciplina de um ou outro oficial irresponsável. Em nosso entendimento, o autor busca relativizar e até mesmo desqualificar a capacidade de organização do inimigo, quando muitos foram traiçoeiros e atacavam às escondidas, por trás dos espinheiros.

O portador das notícias do “massacre” foi o sargento Rocha, que chegou extenuado à casa do comerciante José Lopes. Lopes comunicou ao comandante Silva Guardado, que, por sua vez, dirigiu-se à casa, onde ouviu alguns relatos sobre o acontecido. Outro que regressara após Rocha, estava sendo atendido quando Silva Guardado chegou. Era Ambrósio, um soldado preto, de Moçambique, pertencente à tropa de Dragões como auxiliar. Enquanto era atendido, contou o que se passou depois da retirada de Rocha:

O gentio, que não deixava um momento de descanso à força, ia tornando cada vez menor o número de praças. Escondido nos espinheiros, disparava quase à queima-roupa. E chegou o momento de o comandante ser também atingido. O ferimento, um pouco abaixo do joelho direito, começou a dificultar-lhe a marcha, obrigando-o a amparar-se ao impedido, chamado Antônio, e, pouco depois também ao Ambrósio, que o sargento Pio mandara ajudar o camarada com a recomendação de não deixarem o comandante ficar para trás. Não havia montadas [...]²⁶.

O autor prossegue descrevendo mais o heroísmo dos combatentes do que o próprio combate, no qual os inimigos aparecem atacando barbaramente, com requintes de

²⁴ Clérigos.

²⁵ **Cadernos Coloniais**, n. 34, p. 29.

²⁶ *Idem*, p. 30.

crueledade. Tais narrativas devem ter chegado à metrópole, causando consternação em segmentos da sociedade local, sobretudo nos familiares e amigos dos combatentes. E mais: é certo que corroboravam as representações que os europeus tinham dos africanos desde a Idade Média²⁷.

Um dos relatos ouvidos por Silva Guardado ficou em sua memória. Talvez ele tenha, nessa ocasião da relembração, reelaborado, pois já havia se passado mais de 40 anos do acontecido. E mais: ele escrevia com a finalidade de exaltar os feitos dos ilustres soldados lusos em um passado ainda obscuro, mas que, bem narrado, poderia servir de exemplo para a juventude daquele momento em que o espírito de beligerância rondava a Europa e o mundo, os tensos anos das décadas de 1930 e 1940. Relembrando Michel Foucault: “discursos que se narram, conforme circunstâncias determinadas”²⁸. É nesse sentido que a seguinte narrativa pode ter causado repercussão:

Perto, a uns cem metros, defendiam-se ainda, intrepidamente, tenazmente, os que ainda restavam do pelotão. Acabadas as munições, atiraram-se como doidos à luta corpo-a-corpo, servindo-se das carabinas e dos sabres-baionetas como de clavas. Era já um combate entre meia dúzia de soldados e centenas de selvagens enfurecidos...

Constou-se mais tarde que três soldados conseguiram, durante a refrega, entranhar-se na selva. Mas extraviaram-se. Dois deles foram parar a uma libata, onde barbaramente os mutilaram e assassinaram. O terceiro, conseguindo orientar-se, chegou à fortaleza em tal estado que, dias depois faleceu [j...]²⁹.

Antes de contar o desfecho, Silva Guardado descreve que os soldados lusos, apesar de minoria, lutavam heroicamente, sob um sol de fogo, “combatendo numa luta titânica durante sete horas”. Como se diz no jargão militar, “morreram lutando, sem nenhuma covardia”, “caíram de pé”. Bem ao contrário do inimigo – aliás, o que se poderia esperar de selvagens? –, cujo comportamento foi assim descrito: “Quando já não restava um único soldado com alento, a multidão de indígenas despojou os corpos de tudo que conduziam, deixando-os em completo estado de nudez”.

Depois de terem ouvido tais narrativas e terminado os tratamentos dos feridos, Silva Guardado e o comerciante José Lopes dirigiram-se ao local do combate, pois poderiam encontrar alguém necessitando de socorro. Iriam ao amanhecer do dia seguinte, quando apareceu o 39, segundo cabo dos Dragões. Ficara ferido na estrada e conseguira

²⁷ Sobre esta questão, ver DEL PRIORI, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. **Africanos vistos da Europa**. In. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. RJ: Campus, 2004; SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício. **Memória D' África**. SP: Cortez, 2007.

²⁸ Sobre esta questão, ver FOUCAULT, Michel. **A Ordem Do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. SP: Ed. Loyola, 2011.

²⁹ **Cadernos Coloniais**, n. 34, p. 31.

arrastara-se até a mata. Com muito sacrifício, chegara à casa do comerciante Francisco de Almeida, perto da casa de Lopes. Depois de mais esse tratamento é que foram em direção ao local da tragédia.

No caminho, esfomeados e sedentos, encontraram um rebanho de ovelhas e carneiros. Segundo ele, os pretos auxiliares mataram um e o “comeram assado em brasa, mesmo sem sal”. Silva Guardado acrescenta que o comerciante José Lopes quis imitá-los, mas não conseguiu, denotando que, mesmo vivendo entre os selvagens, ele preservara os hábitos da civilidade; mesmo no contexto de fadiga extrema, não conseguira comer a carne ao estilo dos selvagens. Vivera adestrado ao processo civilizador e não seria essa circunstância que o faria mudar. Mais adiante, segundo a narrativa, encontraram o preto pastor do rebanho, que tentou fugir, mas “os pretos agarraram-no e fizeram conduzir ao local do morticínio”. A visão que Silva Guardado e os demais civilizados tiveram poderia ser descrita como o do inferno de Dante:

[...] No meio da estrada, depararam-se-nos dois cadáveres, desnudados, horrivelmente mutilados e desfigurados, sem os órgãos genitais e com o peito aberto do lado esquerdo. Tinham-lhes arrancado o coração. E interrogado a este respeito, o preto explicou que o gentio tinha feito aquilo para os quimbandas – feiticeiros – fazerem milongo – feitiço –, um deles conservava ainda uma parte da farda do lado direito com as divisas de 1º cabo na platina: era o do 1º Cabo n. 9. O outro era fácil de identificar pela sua corpulência: era o do 1º. Sargento Pio. E calculo que o gentio, vendo que eram graduados, supuseram que eram comandantes da força e os mutilaram assim para fins repugnantes e misteriosos[...]³⁰.

Talvez fosse pedir demais querer que Silva Guardado e os demais interpretassem as atitudes dos inimigos como um rito cerimonial no contexto de guerra. Daí que, dentro da racionalidade ocidental, e também no contexto de guerra, Guardado tenha interpretado como uma punição mais severa por serem graduados. Assim seria, em sua maneira de ver, uma forma de os indígenas atingirem a hierarquia dos Dragões lusos. No Ocidente, o mais comum era, ao capturar o líder inimigo, cortar-lhe a cabeça, como fizeram com Tiradentes e Zumbi dos Palmares no Brasil Colonial; com Antônio Conselheiro e Lampião na República... Enfim, para o líder inimigo a “degola”. Para os ocidentais, a degola representava o fim da contestação. Que significado teria para o “indígena” africano a mutilação de certos órgãos do inimigo? Somente vingança? Temos dúvidas quanto a isso: ainda que não saibamos ao certo o significado exato, sabemos que ele podia representar algo além da vingança.

³⁰ **Cadernos Coloniais**, n. 34, p. 34

A versão de Guardado fora construída, segundo se depreende de sua narrativa, do que vira e ouvira. E ouvira inclusive de pretos auxiliares e até mesmo de lideranças africanas. Logo, eram fontes dignas de créditos. Ao menos para ele e para os seus:

[...] Segundo o que ouvi contar, mais tarde, a um século de nome Chipingue, que fui encontrar no hospital de São Tomé quando ali prestei serviço, século que tinha sido aprisionado no Humbe pelos irmãos Lopes como um dos principais instigadores do massacre dos Dragões, o comandante, que era muito gordo e tinha quatro tiras encarnadas em cada ombro, foi dos últimos a morrer, defendendo-se com arma como se fosse uma clava[...]³¹.

No discurso luso, ainda que derrotados, os soldados morreram com dignidade. A confissão não era de um segmento dos vencidos, mas do vencedor que reconheceu a bravura dos lusos. E eram palavras dignas de “fé”, pois que vinham de um século, ou seja, de uma liderança africana que confessara, embora não fosse dito em quais circunstâncias, apesar de sabermos que quem confessara era um prisioneiro, capturado no momento da “investigação”, leia-se, na hora da revanche...

Outros cadernos coloniais, como o nº 6, publicado em 1939, trataram de fazer apologia ao que seria a justiça ao massacre, ao destacar a biografia e os feitos do tenente-coronel Alves Roçadas, que foi chefe militar e administrador colonial em Angola³².

Seguindo as informações do soldado Ambrósio, Guardado, José Lopes e os demais seguiram. Encontram os cadáveres do tenente Almoester e de um que o acompanhara, e que “viera desde a metrópole para morrer na África com ele”. Guardado, que nada mais disse sobre o acompanhante, preferiu descrever a cena:

[...] estavam (os corpos) literalmente cobertos de moscas varejeiras entregues à sua faina destruidora. Afugentei-as, então, e pude verificar que o conde tinha o crânio fendido com um largo e profundo golpe sobre o lado esquerdo, donde saía a massa encefálica. Este ferimento devia ter sido feito com machadinha, instrumento que quase todos os pretos usam e provocado a morte imediata. Havia ainda mais dois ferimentos. Uma bala tinha-lhe atravessado os quadris de lado a lado. Outra, ferira-o um pouco abaixo do joelho. Nos tornozelos conservavam-se as cordas com que os tinham arrastado e, como todos os outros cadáveres, estavam nus, tendo o conde apenas calçada a perúga do pé direito, que a ele aderiu em virtude de ter secado o sangue do ferimento da perna. Contudo, eram estes os cadáveres que tinham sido mais poupados, talvez porque os bárbaros já estavam cansados da chacina e, vendo que eles não podiam defender-se, se contentaram tirando-lhes a vida e despojando-os do vestuário[...]³³.

³¹ Idem, p. 35.

³² MONTEIRO, Coronel Henrique Pires. **Cadernos Coloniais, n. 6. Alves Roçadas: chefe militar e administrador colonial.** Lisboa: Cosmos, 1939.

³³ **Cadernos Coloniais, n. 34,** p. 36.

Desta vez, Silva Guardado buscou outra explicação para o fato de os soldados e oficiais não estarem mutilados como os anteriores: os bárbaros deveriam estar cansados. Tanto é que nem os oficiais, como o tenente conde Almoester, foram vilipendiados em seu físico, como fizeram com os oficiais, conforme vimos na narrativa anterior.

Em contrapartida à violência com que foram mortos, a golpes de machadinha, o tenente teria morrido com dignidade, conforme a descrição de Silva:

[...] A fisionomia do conde, apesar das terríveis provações por que passou, não deixava transparecer nenhum sinal de angústia ou de sofrimento. Pelo contrário: tinha uma expressão de serenidade que sensibilizava [...]. São passados mais de trinta e oito anos sobre o dia da catástrofe, e ainda se não apagou da minha memória o tétrico espetáculo que então presenciei e que, durante muito tempo, como numa obsessão, conservei na retina[...]³⁴.

Procedeu-se o sepultamento dos corpos. Nesse ato, colaboraram o comerciante José Lopes e um holandês de nome Emídio Van Der Relew, empregado na Companhia de Moçâmedes. Guardado lembrou ainda que, antes de sepultarem o corpo do conde de Almoester, José Lopes retirou da mão direita do mesmo a aliança, que recolheu e depois enviou à viúva. A pergunta que não quer calar: pois quais razões os indígenas não levaram a joia do conde, uma vez que são constantemente descritos como “aves de rapina”, que, além de matar, desnudavam os corpos, levando todos os pertences? Tal discurso é, no mínimo, contraditório.

Houve polêmica acerca do próprio sepultamento, pois havia aqueles, como Guardado, que desejavam que o enterro fosse provisório, e que a sepultura definitiva tivesse lugar na metrópole, pois se tratava de oficiais. Já os soldados ficariam definitivamente em terras africanas. Em sociedades de classes ou de linhagens, nem mesmo na morte as desigualdades são dirimidas:

[...] O conde, como eu recomendara, teve um coval separado, acontecendo o mesmo ao sargento Pio. Os outros tiveram uma vala comum. Fez-se assim para que os primeiros pudessem vir a ser trasladados para a metrópole, enquanto os últimos teriam ali mesmo um modesto túmulo, singelo mas sólido [...]³⁵.

A opinião do comandante da tropa era de não voltar para recolher corpo algum, fosse de quem fosse, a não ser que recebesse ordens da Intendência, como registrou Silva Guardado, a partir de sua memória:

³⁴ Idem, p.36.

³⁵ Idem, Ibidem, p. 37.

[...] Ainda tentei convencer o comandante a voltar à retaguarda; mas respondeu-me que não o faria e que já tinha mandado um portador a cavalo para participar ao Intendente o ocorrido e para lhe dizer que ia marchar para a Chibemba, sede do conselho dos Gambos, onde aguardaria instruções. E acrescentou: – se as ordens forem de voltar, afim de enterrar os mortos e vingar os nossos camaradas, fa-lo-ei gostosamente. Mas, sem instruções nesse sentido, estou inibido de o fazer, por ter ordens terminantes em contrário[...]³⁶.

Talvez o comandante tenha avaliado como uma temeridade voltar ao “ninho de bárbaros” para fazer o traslado dos corpos dos oficiais e dar uma sepultura condigna aos demais, depois de ter ouvido tudo que ouvira. O próprio Guardado Silva lembrou que, ao fazer a narrativa do que vira e ouvira, o comandante havia ficado perplexo, aterrado, acrescentando que o mesmo ficara espantado quando disse ter sido testemunha ocular, pois que tinha ido ao local do massacre. Podemos afirmar que o medo não era exclusividade do comandante, se levarmos em conta a narrativa do regresso do local, feita por Silva:

Depois de fazer o novo curativo aos feridos, despedi-me deles e do José Lopes, dizendo-lhes que regressaria em breve, pois tinha a convicção de que o comandante da companhia dos Dragões não deixaria de querer fazer o enterramento dos mortos. Estávamos a 14 (quilômetros de distância, talvez). Acompanhava-me o 24, montando o cavalo que pertencera ao conde. Encontrava-se de tal forma horrorizado – o que era lógico depois de tudo porque passou! – que qualquer tronco de árvore ao longe ou qualquer sombra lhe parecia um preto emboscado para nos atacar[...]³⁷.

Na quinta parte da obra, denominada “epílogo”, Silva Guardado ressalta que se fazia necessário vingar o acontecido. Para isso, foi organizada uma expedição, da qual ele teve o prazer de participar. Acrescenta que a expedição tinha como finalidade tão somente punir aqueles ingratos, que pagavam com ingratidão os benefícios recebidos pelos que tinham o dever de fazê-lo, não por altruísmo, mas para o desenvolvimento da sociedade humana. Um discurso bem ao gosto do luso-tropicalismo da época. E acrescenta que, apesar de tudo, não cabia rancor, pois a treva da ignorância era a principal responsável pela ação dos indígenas, sob a liderança daqueles sobas:

[...] Exultei por ver, enfim, que não ficavam por vingar as vítimas do atentado covardemente praticado por aqueles que nós pretendíamos auxiliar e que nenhuns motivos tiveram que logicamente justificassem um tão ingrato procedimento. Embora já propenso à benevolência, por índole e por ser de opinião que, em relação a povos atrasados, se deve, antes de mais, modificar-

³⁶ Idem, Ibidem, p. 40.

³⁷ Idem, Ibidem, p. 39. O grifo é nosso.

lhes pela persuasão os seus instintos selvagens e a sua natural disposição para o mal[...]³⁸.

Nesse sentido, a organização da expedição tinha, na opinião de Silva, uma função pedagógica, corroborando os discursos dos séculos anteriores, quando a coroa portuguesa e seu braço religioso justificavam a escravidão dos africanos no Novo Mundo com o processo de cristianização dos gentios, ou seja, o sacrifício do corpo e da liberdade em benefício da alma³⁹:

[...] Compreendia que a desculpa de atos condenáveis, como o do morticínio do pelotão da Companhia de Dragões corresponderia a uma instigação de reincidência. Por isso o meu desejo era vê-los castigados e contribuir para que esse castigo fosse eficaz. Felizmente, vi realizado esse desejo, pois fiz parte da coluna de operações [...]⁴⁰.

Quanto aos responsáveis pelo massacre sofrido pelas tropas lusas, o autor diz, na conclusão, que não era de seu interesse tocar no assunto. Acrescenta, ainda, que este exercício de memória teve somente o intuito de desfazer equívocos que lera:

[...] passaram muitos anos e, por isso, não merece a pena remexer as cinzas e ferir a susceptibilidade de algum sobrevivente que e, direta ou indiretamente, tivesse interferido[...]em tempos, num panfleto qualquer, umas atoardas disparatadas, sem nexos nem consistência alguma respeitantes ao massacre. Eram um chorrilho de falsidades, que pretendi refutar[...]⁴¹.

A representação do massacre de uma tropa de lusos no coração de Angola, feita por Silva Guardado, um oficial na reserva, teve a pretensão de ser o discurso competente frente às outras falas. Neste não tiveram lugar as outras falas, embora elas estivessem implícitas nas entrelinhas. Foi nosso objetivo evidenciar que no discurso oficial existe um contradiscurso que pode dar visibilidade à presença do outro. Ou seja: onde se lê covardia, traição, ingratidão, barbarismo e selvageria, pode ser lida a resistência ao colonialismo e imperialismo – insurgências.

³⁸ **Cadernos Coloniais**, n. 34, p. 42.

³⁹ Sobre esta questão, ver VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**. RJ: Petrópolis, 1988.

⁴⁰ **Cadernos Coloniais**, n. 34, p. 42.

⁴¹ *Idem*, p. 46.

Referências:

Cadernos Coloniais:

1. GUARDADO, A. A. da Silva. **O Massacre dos dragões do Conde de Almoester**. In: Cadernos Coloniais, n. 34. Lisboa: Cosmos, 1939.
2. MONTEIRO, Coronel Henrique Pires. **Alves Roçadas: chefe militar e administrador colonial**. In: Cadernos Coloniais, n. 6. Lisboa: Cosmos, 1939.

Livros:

1. BOAHEN, A. Adu. **História geral da África, Vol. VII – A África Sob Dominação Colonial (1880- 1935)**. Paris: Unesco; SP: Ática, 1991.
2. DEL PRIORI, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. **Africanos vistos da Europa**. In. Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica. RJ: Campus, 2004.
3. FERRO, Marc (Org.). **O livro negro do colonialismo**. RJ: Ediouro, 2004.
4. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. RJ: Graal, 1979.
5. FOUCAULT, Michel. **A Ordem Do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. SP: Ed. Loyola, 2011.
6. KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África? Entrevista com René Holenstein**. RJ: Pallas, 2006.
7. LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. SP: Selo Negro, 2004.
8. SERRANO, Carlos e WALDMAN, Mauricio. **Memória D'África**. SP: Cortez, 2007.
9. VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**. RJ: Petrópolis, 1988.

Internet:

1. **Memórias de África e do Oriente**. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/introduction/tabid/83/language/pt-PT/Default.aspx>>. Acesso em: 27 out 2011.

Artigo recebido em: 31/10/2011

Aprovado em: 03/12/2011